




## PROTAGONISMO: INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS PARA AÇÕES DE CRIANÇAS E JOVENS NA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO (CURITIBA: 1960-1978)

## PROTAGONISM: POSSIBLE INTERPRETATIONS FOR CHILDREN AND YOUTH ACTIONS AT “CASA DO PEQUENO JORNALEIRO” (CURITIBA: 1960-1978)

Nicolle Taner de Lima\*

Universidade Federal do Paraná – UFPR

 <https://orcid.org/0000-0003-4703-4606>

[nicolletaner@gmail.com](mailto:nicolletaner@gmail.com)

[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

**RESUMO:** A Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba (CAPEJO) foi uma instituição criada em 1943, em Curitiba, Paraná, Brasil. A partir da moralização pelo trabalho, se destinava a prestar assistência material, moral e educacional a meninos e adolescentes entre 10 e 18 anos, que exerciam a função de vendedores de jornais pelas ruas da capital paranaense. A partir de prontuários individuais dos internos e reportagens de jornais com o recorte temporal estabelecido entre os anos de 1960 e 1978, o presente artigo discute o protagonismo desses infantes principalmente no fim do vínculo entre menino e instituição: através dos desligamentos pela maioridade, retorno a família, fuga ou transferência, são investigados os vestígios que possibilitem perceber o protagonismo desses meninos em suas ações e trajetórias. Tais fontes foram problematizadas à luz da História da Infância e Juventude, compreendendo os meninos internos da Casa do Pequeno Jornaleiro como atores sociais, sujeitos para a História e sujeitos da História.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Infância e Juventude, história do Paraná, Casa do Pequeno Jornaleiro, protagonismo.

**ABSTRACT:** The “Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba” (CAPEJO) was an institution created in 1943, in Curitiba, Paraná, Brazil. Promoting moralization through work, it was intended to provide material, moral and educational assistance to boys and teenagers between the ages of 10 to 18, who worked as newsboys through the streets of the state capital. From individual registers of the newsboys and a selection of reports from newspapers in Paraná, holding as time frame the years

---

\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Paraná. Bolsista Capes. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. O presente artigo é fruto de minha pesquisa de mestrado e foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

between 1960 and 1978. This paper seek to understand the protagonism of these infants, especially at the end of the bond between boy and institution: through disengagement due to adulthood, a return to family, escape or transference, we investigate the traces that make it possible to perceive the protagonism of these boys in their actions and trajectories. These sources were problematized in the light of the History of Childhood and Youth, understanding the inner children of the Casa do Pequeno Jornaleiro as social actors, subjects to History and subjects of History.

**KEYWORDS:** History of Childhood and Youth, history of Paraná, Casa do Pequeno Jornaleiro, protagonism.

Personagem de contos e crônicas, poemas e gravuras, o vendedor de jornais foi parte do cotidiano das cidades brasileiras desde o fim do XIX. Vender alguns itens na rua era uma atividade praticada por meninos e meninas dos grupos populares para garantir seu sustento ou de sua família. Segundo Viktor Chagas (2013) não há consenso sobre quais foram os primeiros jornais a adotar a estratégia de distribuição avulsa de impressos e de se utilizar da mão-de-obra de jornaleiros para esse fim, mas o autor adota como marco o ano de 1858, quando a atividade ficou a cargo de meninos negros ex-escravizados que teriam colaborado na divulgação de panfletos abolicionistas. Chagas também ressalta a importância dos meninos descendentes de italianos, em várias cidades do país, para a circulação de jornais (CHAGAS, 2013, pp. 33-34).

Entretanto, esta era uma atividade malvista pela sociedade devido à permanência dos meninos e meninas nas ruas. Estar na rua, ainda que vendendo balas, jornais ou gibis, era considerado um perigo não só para a criança, mas para a sociedade – que conviveria com meninos bagunceiros, engraxates, jornaleiros... De acordo com a historiadora Eliane Mimesse Prado (2018), os problemas relacionados às crianças nas ruas eram associados à expansão da urbanização nas grandes capitais e já eram denunciados pelas classes abastadas desde o fim do século XIX, apontando “o transtorno que causavam, fazendo algazarras, cometendo pequenos furtos, criando tumultos e correrias pelas vias” (PRADO, 2018, p. 128). É recorrente essa questão nos trabalhos dos/as historiadores/as brasileiros/as da infância: a rua frequentemente é expressa como um local de criminalidade e a criança pobre como potencialmente abandonada e perigosa; esse tema estava presente tanto nos impressos, quanto em documentos oficiais (PASSETI, 1991, p. 355).

De acordo com Otavio Weinhardt (2017), em Curitiba na virada dos séculos os maiores jornais em circulação eram A República e o Diário da Tarde e ambos se utilizavam da mão de obra de meninos jornaleiros para fazer circular seus exemplares.<sup>1</sup> Os jornaleiros

<sup>1</sup> Fundados em 1886 e 1889, respectivamente.

apregoavam não só as manchetes, como estavam presentes também nas páginas dos jornais entre as notícias que tinham como objetivo o enaltecimento do ofício de vendedor e aquelas sobre pequenas confusões e brigas pelo centro da capital, que causavam alarde na sociedade curitibana e suas autoridades.<sup>2</sup>

Pode-se entender, portanto, a celebração da imprensa quando foi fundada a Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, em 1942, pelo Interventor Manoel Ribas e sua esposa, D. Anita Ribas – os periódicos publicaram a foto da inauguração da instituição, enviaram correspondências felicitando a obra e repetiam o gesto a cada aniversário ou Dia do Jornaleiro: os jornais locais valorizavam a figura do jornaleiro por uma organização dos meninos, antes chamados desordenados, arruaceiros e baderneiros, mas também pela mão-de-obra que viabilizaria a circulação de seus produtos.

A Casa do Pequeno Jornaleiro (CAPEJO) iniciou suas atividades em 1943 e pretendia organizar meninos que já realizavam a atividade de jornaleiros para que não permanecessem no ambiente urbano sem supervisão e, segundo seu estatuto, se dedicava a “amparar, educar e encaminhar os menores vendedores de jornais, prestando-lhe assistência material, moral e intelectual”.<sup>3 4</sup> Sua sede era um prédio de três andares localizado na Rua Saldanha Marinho, no coração da capital paranaense. As crianças e adolescentes eram internos, destituindo-se o poder paterno (enviados de outras instituições ou através de colocação dos próprios familiares) e a instituição tornava-se sua responsável. Os garotos (até os anos 1990, a instituição abrigou apenas meninos) vendiam jornais e revistas pela manhã e à tarde ou noite iam para a escola – havia um grupo escolar situado na própria sede da CAPEJO, que oferecia os primeiros anos de ensino. Com uma rotina controlada e rígida, havia os horários para levantar-se, banhar-se, vestir-se, sair para o trabalho, realizar as refeições, estudar, dormir – até o horário para o lazer era definido (PEREIRA, 2009; LIMA, 2017).

A CAPEJO propunha a internação, a educação através do ensino regular e religioso e o trabalho como eixo moralizador e diferenciava-se de outras instituições que existiam no mesmo contexto espacial e temporal, como as de abrigo e assistência à orfandade e as de reclusão para crianças e jovens que cometessem alguma contravenção

---

<sup>2</sup> Segundo Weinhardt, o propósito de positivar a atividade de vendedores de jornal se relacionava ao fato de incentivar o número de famílias dispostas a enviar seus filhos para exercer tal função (WEINHARDT, 2017, p. 07).

<sup>3</sup> Extrato dos Estatutos CAPEJO, 1942.

<sup>4</sup> A documentação se refere a seu público alvo como “menores”. Optei por utilizar os termos meninos e garotos quando me referir a eles, e somente “menor” quanto estiver citando, direta ou indiretamente, às fontes.

penal. Assemelhava-se mais às escolas de trabalhadores rurais, no entanto, era urbana. Uma das peculiaridades era o fato de que parte do lucro da venda dos jornais era destinada a uma poupança individual e o valor acumulado poderia ser retirado da conta quando o menino completasse a maioridade, independente de no momento ele possuir ou não vínculo com a instituição (LIMA, 2017).

Em minha pesquisa de mestrado foi possível verificar, a partir dos prontuários individuais de 98 internos entre 1960 e 1978, a origem desses meninos, sua composição familiar, sua cor da pele, motivos para internamento, idade com a qual foram acolhidos na CAPEJO e com a qual foram desligados e os motivos para esse desligamento. Para o presente artigo, tendo como fontes tais prontuários e uma seleção de reportagens de jornais paranaenses, busco realizar uma discussão sobre o protagonismo, com base nos dados sistematizados sobre motivos de desligamento do interno pela instituição, fugas e transferência, mas também sobre estratégias de permanência utilizadas por estes garotos.<sup>5</sup>

### **PROTAGONISMO, AÇÃO, AGÊNCIA: A CRIANÇA E O JOVEM COMO SUJEITOS**

Durante muito tempo, a História esteve interessada apenas nas experiências dos adultos no passado (SOSENSKI, 2015, p. 141) e de alguns adultos em especial, os chamados grandes nomes da História. Nesse processo, os/as historiadores/as marginalizaram ainda mais tantos outros atores sociais - mulheres, homens e mulheres negros, as consideradas minorias étnicas e sociais, as crianças e jovens, etc. Foram os estudos da vida privada que permitiram aos/às historiadores/as ampliar seu olhar e considerar temas antes não abordados, permitindo que mulheres e crianças fossem vistos como sujeitos históricos - passando de uma categoria social invisível a visível (ANTONIO, 2007, p. 31).

A cientista social Jucirema Quinteiro afirma, ao analisar as pesquisas sobre a História da Infância, que mesmo existindo uma preocupação com a criança desde o século XIX, tanto no Brasil como no exterior, e mesmo a infância tendo sido considerada um problema social desde o mesmo período, isto não foi suficiente para torná-la, ao mesmo

---

<sup>5</sup> Os nomes dos meninos, bem como de seus familiares, foram mantidos em sigilo, sendo substituídos por outros nomes escolhidos aleatoriamente. Os números de fichas e prontuários permanecem os mesmos para fins de consulta, seguindo o padrão: Pt. **xxxx**, Pertencente à pasta do pequeno jornaleiro n. **xy**. FAS 19-13-2-3, CAPEJO 1962- 2002. Cadastro **y**, Cx **z**. Onde **Pt** é prontuário, **xxxx** o número de prontuário, **xy** o número de inscrição do pequeno jornaleiro, FAS 19-13-2-3, CAPEJO 1962-2002, os registros da documentação no Arquivo Municipal (FAZ significa Fundação de Ação Social); **y** a nomenclatura do Cadastro de acordo com o Arquivo, e **z** o número da Caixa em que se encontra o prontuário.

tempo, um problema de investigação científica (QUINTEIRO, 2002, p. 142). A socióloga Rita de Cássia Marchi aponta que as Ciências Sociais também relegaram à infância ao mesmo processo de invisibilidade científica e epistêmica e à ausência enquanto categoria conceitualmente autônoma no campo científico (MARCHI, 2017, p. 4). Para Marchi:

(...) essa invisibilidade estava diretamente ligada à invisibilidade social das crianças (e da infância) nas sociedades, isto é, o seu lugar “subalterno” na vida social, o seu estatuto de seres incompletos e em socialização ou “em trânsito” para a idade adulta (o que explica sua presença primeira nas ciências médicas, na psicologia e na pedagogia) e, portanto, o seu confinamento aos espaços educativos (MARCHI, 2017, p. 4).

Susana Sosenki trata dessa invisibilidade a qual as Ciências Humanas e Sociais destinaram à infância, afirmando que mesmo quando se considerou a presença das crianças na História, estas foram consideradas sujeitos subordinados ao mundo adulto, como aprendizes e receptores da cultura adulta (SOSENSKI, 2015, p. 142). Para a historiadora mexicana é preciso superar tal questão e localizar os meninos e meninas como sujeitos, não só como objetos de investigação (SOSENSKI, 2016, p. 50). Pensá-los como atores sociais, não somente como subordinados:



Es tiempo de adoptar una actitud crítica hacia las posturas tradicionales y paternalistas que consideran a los niños y adolescentes como objetos pasivos, meros receptores de políticas y de protección, víctimas de la explotación o sujetos dominados por papeles simbólicos como la pureza o la inocencia, y comenzar a pensarlos como actores sociales, culturales y económicos, en la medida en que tuvieron posibilidades de actuar, transmitir valores entre generaciones, transformar su medio, resistir a la dominación y afirmar su particularidad. (SOSENSKI, 2010, p. 1230) <sup>6</sup>

Elena Jackson Albarrán questiona essa negação da subjetividade das crianças e as características que lhes são atribuídas. Na imprensa, discursos políticos e populares, ainda há a imagem da criança como um ser não completamente formado, indefeso, desamparado, sub-humano. Contudo, a autora afirma, as produções na área de História realizadas nas últimas décadas desmentem essa visão, mostrando que as crianças, adolescentes e jovens participam de maneira significativa da vida cívica e política de seus entornos. Defende

---

<sup>6</sup> “É tempo de adotar uma atitude crítica frente às posturas tradicionais e paternalistas que consideram as crianças e adolescentes como objetos passivos, meros receptores de políticas e de proteção, vítimas da exploração ou sujeitos dominados por papéis simbólicos como a pureza ou a inocência, e começa a pensá-los como atores sociais, culturais e econômicos, à medida que tiveram possibilidades de atuar, transmitir valores entre as gerações, transformar seu meio, resistir à dominação e afirmar sua particularidade” (tradução livre da autora).

ainda, a necessidade de se incluir a questão da idade como categoria de análise nos interseccionismos que buscamos praticar (ALBARRÁN, 2018, pp. 13-17).

Para Roger Hart (1993), a participação da criança não está separada da esfera da participação dos adultos e esta começaria no momento em que meninos e meninas estão informados e, ainda que não sejam aqueles que iniciem determinadas ações, sintam tais projetos como seus – o último e mais genuíno grau de participação aconteceria, portanto, quando as ações são empreendidas pelas crianças ainda que estas estejam em consonância com as ações dos adultos (Apud SOSENSKI, 2015, p. 149).

Com a Convenção dos Direitos da Criança, se reconheceu as crianças como “sujeitos de direitos” e, pela primeira vez, o direito dos meninos e meninas a serem escutados, a opinar e a difundir ideias (SOSENSKI, 2016, p. 44). O documento da ONU traz em seu texto justamente a garantia das crianças à liberdade de opinião, de consciência, de expressão, de religião e, inclusive, de associação (OLIVEIRA, 2008, p. 144). Para Romilson Martins Siqueira, os marcos legais contribuíram, em especial no Brasil, para a conformação de conceitos como o de crianças e infâncias:



As concepções de infância e de criança no Brasil, constituídas particularmente após a segunda metade do século XX, foram crivadas predominantemente pelos marcos legais/institucionais e resultaram na afirmação de uma identidade marcada pelos discursos psicológico e sociológico nos quais as tensões, o sujeito e a subjetividade estiveram, por vezes, também subsumidas (SIQUEIRA, 2011, p.165).

Há centenas de trabalhos e pesquisas que tem como foco a análise da infância, mas que ainda compreendem as crianças como apenas receptores dos adultos, sujeitos passivos das intervenções dos sujeitos mais velhos. Sosenski compreende que se faz urgente:

[...] destacar la importancia de las voces infantiles conllevó a defender la idea de que las niñas y niños no son objetos pasivos en las estructuras sociales y en los procesos económicos o políticos, sino sujetos activos en la construcción y determinación de sus propias vidas (SOSENSKI, 2016, p. 44).<sup>7</sup>

Assim, para a autora é primordial buscar as vozes infantis e reconhecer que meninos e meninas são autores de discursos e documentos (SOSENSKI, 2016, p. 45):

---

<sup>7</sup> “Destacar a importância das vozes infantis levou a defender a ideia de que as meninas e meninos não são objetos passivos nas estruturas sociais e nos processos econômicos ou políticos, senão sujeitos ativos na construção e determinação de suas próprias vidas” (tradução livre da autora).

indica a busca por documentações criadas e deixadas por meninos e meninas, preservadas ao longo do tempo. Todavia, a historiadora reconhece que parte das adversidades em se investigar a ação de meninos e meninas consiste na carência de documentações visto que, em geral, são utilizadas fontes provenientes da mediação ou produção de adultos (ANTONIO, 2007, p. 47), já que o motivo de se precisar “(...) buscar hasta por debajo de las piedras las voces infantiles de los niños y niñas del pasado es, en gran medida, porque no existió la conciencia de que esas voces eran tan importantes como para resguardarlas y preservarlas” (SOSENSKI, 2016, p. 47).<sup>8</sup> Isto posto, há de se buscar indícios de ação, participação e protagonismo, onde seja possível.

Assim, busco analisar indícios presentes nos documentos da Casa do Pequeno Jornaleiro que podem apresentar formas de ação dos garotos, no seu dia-a-dia, intencionalmente ou não, mas que demonstram, conforme escreveram os sociólogos Anthony Giddens (1979) e Keith Barton (2012), vestígios de que a agência histórica não se relaciona somente com o político em larga escala, mas também com mínimas ações e decisões cotidianas (Apud SOSENSKI, 2015, p. 149).

## **VOZES SILENCIOSAS EM DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS: INDÍCIOS DO PROTAGONISMO NA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO**

Em diversas matérias selecionadas para a pesquisa há trechos de entrevistas com os meninos jornaleiros que podem permitir acessar algumas informações sobre a ação dos garotos que os documentos institucionais não mencionam sobre seu cotidiano - apesar de se saber que nem sempre era exatamente isso que diziam e que tal relato passava por uma triagem, tais fontes tornam mais tangíveis suas vozes. Na reportagem “Jornaleiro, uma atividade digna”, se pode ter conhecimento de que o jornaleiro Jesus, se inspirando em um amigo, comprou suas próprias letras de câmbio a fim de investir seus rendimentos: “Hoje, o pequeno jornaleiro que mais vende chama-se Jesus. (...) ele faturou em julho mais de trezentos cruzeiros. Seguindo os passos de José, ele comprou sua última letra de câmbio, no valor de Cr\$ 1400,00”.<sup>9</sup>

A “voz” dos garotos também está impressa em documentos oficiais, nas descrições de quando os assistentes sociais do IAM (Instituto de Assistência ao Menor) realizavam entrevistas com os internos. Como no caso de Paulo que, no momento de sua

---

<sup>8</sup> “Buscar até debaixo das pedras as vozes infantis dos meninos e meninas do passado é, em grande medida, porque não existiu a consciência de que essas eram tão importantes para protegê-las e preservá-las.” (tradução livre da autora).

<sup>9</sup> Jornaleiro, uma atividade digna. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 17.08.1973.

internação, disse aos assistentes sociais não saber nada dos pais, como informa seu prontuário: “Não sabe nada de si. Desconhece totalmente quem é. (...). Desconhece quem foram os pais.”<sup>10</sup> O mesmo ocorreu com Geraldo, que passou toda a infância em instituições. Se disse órfão e que não sabia quem eram seus pais.<sup>11</sup> No entanto:

Depois de algum tempo, o propósito afirmou que tem família composta por pai, mãe e duas irmãs mais velhas. Não sabe por que motivo foi interno no Colégio. Recebia visita de seus pais até cerca de 5 anos. Depois começaram a escassear. Em julho do ano passado foi entregue pelo Colégio, a família com o qual permaneceu por 15 dias. Não gostou e não quer voltar.<sup>12</sup>

A ficha de Geraldo foi enviada à CAPEJO pelo Educandário Curitiba, a primeira instituição onde esteve internado. Depois que se descobriu que ele possuía pai e mãe, o Educandário tentou viabilizar a inclusão dele com sua família, informando que: “a mãe demonstrou interesse e ficou feliz em rever o filho a que o menor respondeu que foi criado em colégio e não acostumaria mais em casa”. Depois disso, o Centro de Estudos, Diagnóstico e Indicação de Tratamento (CEDIT) sugeriu a internação na CAPEJO para que fosse integrado ao ambiente ao mesmo tempo em que se tentaria estabelecer um vínculo entre a família e Geraldo. O menino foi para a CAPEJO com a idade de 14 anos. Ao longo do tempo a reinserção com os familiares não foi bem-sucedida e o menino permaneceu interno até quase completar a maioridade.

Em dois momentos da trajetória institucional deste garoto, se pode notar indícios de seu protagonismo e agência: o menino, primeiramente, disse que não tinha família, sendo que sabia da existência de seus pais e, segundo, ao expressar sua vontade em não retornar ao ambiente familiar. A primeira ação pode até por em questionamento o relato de Paulo, que disse não saber quem eram os pais. Será que Paulo não seguiu o exemplo de Geraldo e preferiu não dizer nada sobre seus familiares? Para a historiadora Joseane de Fátima Machado da Silva, “forjar uma identidade é um mecanismo de contestação” (SILVA, 2015, p. 71).

O prontuário de Geraldo também revela que, em certa medida, a opinião do *menor* também poderia ser levada em conta pelos órgãos assistenciais. Ao expressar sua vontade,

---

<sup>10</sup> Pequeno Jornaleiro n° 9. Pt n° 21758. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A” Cx 01. Arquivo Municipal de Curitiba.

<sup>11</sup> Os nomes mencionados aqui são fictícios para preservar a identidade dos sujeitos e foram escolhidos aleatoriamente.

<sup>12</sup> Pequeno Jornaleiro n° 63. Pt n° 5876. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A/B” Cx 03. Arquivo Municipal de Curitiba.



marcou sua relutância em voltar à família, como informa o prontuário: “avaliado bem, mas com muita ansiedade, sentindo o meio como agressivo. Não criou vínculos com a família, e com outros só superficialmente”.<sup>13</sup> A vontade de Willian também parece ter sido levada em conta pelo IAM – em seu prontuário, se lê: “o menor é órfão de pai. Residia anteriormente em Mandaguçu. Apresenta desejo de ir para o Jornaleiro principalmente para continuar na mesma cidade do seu irmão”;<sup>14</sup> poucos meses depois, Willian foi transferido para a CAPEJO, onde permaneceu por 4 anos.

Os casos acima mencionados são indícios mais diretos da voz dessas crianças e adolescentes – assim como as entrevistas feitas com os garotos nos jornais. Mas, de que forma se pode, através dos documentos institucionais, verificar a existência ou não de sua ação? Uma das possibilidades encontradas, a partir dos dados do recorte explorado, foi referente aos desligamentos dos meninos.

Baseada nos documentos foi organizada uma tabela relacionada ao momento em que vínculo institucional do menino era encerrado com o estabelecimento. Foi possível constatar então que a maioria dos desligamentos relacionados a essa amostragem ocorreu através de transferências:

**Tabela 1.** Motivos de desligamento

Motivos de Desligamento	Número de Meninos
Transferência	41
Fuga	21
Retorno à Família	17
Maioridade	05
Não há documentos	11
Há apenas o ofício (sem motivo)	03
Total: 98	

Fontes: prontuários. Elaborada pela autora (LIMA, 2017).

Dos 98 prontuários selecionados para essa pesquisa, 11 não possuem dados sobre a desinternação e em 03 há apenas o ofício do desligamento, mas não se sabe o que o motivou. Foram considerados como Transferência ou Fuga dados referentes aos prontuários que constassem o ofício de transferência ou que os indicassem na ficha – se o

<sup>13</sup> Pequeno Jornaleiro nº10. Pt nº 23048. Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. FAS 19-13-2-3. Cad “A” Cx 02. Arquivo Municipal de Curitiba.

<sup>14</sup> Mandaguçu é uma cidade no interior do Paraná. Hoje compõem a Região Metropolitana de Maringá.

menino tivesse fugido e depois ocorreu de ser transferido, considerou-se como Transferência. São 17 os prontuários que constam o retorno à coabitação com familiares e apenas 05 que permaneceram internos até completar sua maioridade (18 anos, segundo os documentos). Nos itens a seguir, serão explorados cada tipo de desligamento e como foram interpretadas tais questões a partir da ideia de protagonismo, ação e resistência.

Para o filósofo Norberto Bobbio, “a contestação se refere, mais do que um comportamento de ruptura, a uma atitude crítica, que põe em questão a ordem constituída sem necessariamente pô-la em crise” (BOBBIO, 1992, pp. 144-45). De acordo com a educadora Larissa Meira Vasconcelos e a socióloga Emilayne Souto:

a resistência não é determinada pela ausência ou suspensão de poder, mas consiste em um elemento constitutivo das relações de poder. As possibilidades de táticas – subterfúgios, interstícios, fugas – se dão, portanto, no interior das práticas sociais constituídas historicamente e exercidas em diferentes formatações. Podem, dessa forma, ser cristalizadas, negadas e/ou incorporadas pelas estratégias. (VASCONCELOS, SOUTO, 2014, p. 05)

Como uma instituição que se propõe a educar e ensinar obediência aos garotos, a disciplina tinha papel central e fundamental na rotina da CAPEJO. Michel Foucault afirma que as instituições disciplinares constroem dispositivos de vigilância e punição por meio de castigos disciplinares, que por sua vez “têm a função de reduzir os desvios. Devem, portanto, ser essencialmente corretivos” (FOUCAULT, 2009, p. 150). Horários de se levantar, banhar-se, alimentar-se, sair para o trabalho; quantidade de jornais que deviam ser vendidos e montante de dinheiro que deveria ser entregue ao responsável da instituição; horários de estudar, horários de se deitar – a fim de se adestrar o corpo. Tudo isso diante de olhares atentos, tanto de funcionários, quanto dos colegas, já que “a vigilância é uma tecnologia de poder que incide sobre os corpos dos indivíduos, controlando seus gestos, suas atividades, sua aprendizagem, sua vida cotidiana” (SOUSA, MENESES, 2010, p. 25).

Segundo o filósofo Marcelo Serute, o poder numa instituição nesses moldes exemplifica a sociedade-disciplinar a partir do controle dos corpos e do tempo; ele afirma: “as crianças não são indisciplinadas porque são anormais, pelo contrário, elas são indisciplinadas (conforme toda conotação que a palavra tem dentro deste sistema) pelo embate que emana de suas estratégias e táticas” (SERUTE, 2010, p. 148). Para este autor, as estratégias de enfrentamento de crianças e adolescentes podem ser percebidas nas práticas mais rotineiras, como o que se consideraria “peraltices”. Destaca ainda que este

embate não pode ser banalizado, mesmo que mínimo, visto que se dá na junção das estratégias de poder e estratégias de luta (SERUTE, 2010, p. 141).

O ato de não devolver a totalidade do dinheiro da venda dos jornais pode ser entendido como um enfrentamento, como se pode perceber nas trajetórias de Érico e Juliano. O prontuário do primeiro não arquivava o ofício de desligamento. Em sua ficha de cadastro inicial, no campo observações essa informação foi escrita à caneta: “Pedido de desligamento conforme ofício nº de 25/04/68 por haver contraído débito elevado. Guia de desligamento nº 682, de 25/04/68, transfere o menor para o Patronato Santo Antônio”.<sup>15</sup> Já Juliano teve seu caso noticiado em seu prontuário. Em 25 de fevereiro de 1964, o diretor da CAPEJO expediu um ofício ao Juizado de Menores que continha o seguinte texto:

Para os devidos fins, comunico a Vossa Excelência, que ontem, dia 24 do corrente, as 20 horas, compareceu nesta obra assistencial o sr Ruy Dias Lopes, funcionário do Departamento Estadual da Criança, identificando o menor Juliano, como pertencente a um pequeno bando de menores ladrões. Aprendemos em poder deste, objetos de valor, anexos ao presente ofício tendo o mesmo confessado a autoria do furto e das atividades com os demais membros do bando, fatos estes, ocorridos antes de ingressar nesta Casa. O referido menor estava em situação de internamento definida, devido a este estar apenas quatro dias nesta obra (...)

Esse caso foi o único constando esse tipo de situação em todos os prontuários analisados. Mesmo os casos em que os garotos se apossavam dos rendimentos das vendas, os ofícios não tinham tom tão formal e alarmante – é possível inferir, assim, que esta era uma situação incomum.

Muitas das ações que eram consideradas mau comportamento também se relacionavam ao furto: 07 dos 17 garotos cujas fichas mencionam que voltaram a habitar com seus familiares, foram desligados por se apossar de valores das vendas dos jornais. Nos relatórios, são duas as relações traçadas nos prontuários ao se tratar de comportamento: o não se adequar à conduta da CAPEJO e a posse indevida de quantias monetárias. No primeiro caso, são utilizados termos como “não se adequa à conduta da Casa”, “não vem correspondendo às normas exigidas”, “não se ajusta ao regime da Casa”, e no segundo, em geral, se utiliza a expressão “vem contraindo débitos constantes”, junto ao valor da dívida do menino. Em dois casos, os prontuários indicam o não ajustamento às normas e também os débitos monetários, o que pode indicar que havia uma distinção entre um e outro motivo, já que se sinalizou os dois.

<sup>15</sup> Pequeno Jornaleiro nº 83. Pt nº 4679. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A/B” Cx 03. Arquivo Municipal de Curitiba.

Saulo, por exemplo, permaneceu por menos de dois meses na instituição. No dia 28 de novembro de 1963, o tesoureiro informou ao diretor da CAPEJO que Saulo vinha contraindo débitos constantes, ou seja, não entregava o valor exato referente à venda dos jornais; no dia 29 de novembro, o diretor da CAPEJO escreve ao diretor do IAM:

Tendo em vista a informação anexa do tesoureiro desta Casa dirijo-me a Vossa Senhoria no sentido de solicitar o desligamento do 'pequeno jornalista' Saulo (Pt nº 3376) – aqui interno em 06 de setembro de 1963, por esta direção.<sup>16</sup>

E no mesmo dia 29 de novembro, o menino foi desinternado e entregue a seu pai. O mesmo ocorreu com Raul. Com um saldo devedor de Cr\$ 9040, foi desligado e passou a residir com seus familiares. Sua mãe assinou a seguinte declaração:

Declaro que, na data de hoje, retirei meu filho, o Pequeno Jornaleiro Raul que passará a residir em minha companhia, pois necessito do mesmo em casa. CAPEJO, 15.09.1965. ass: A genitora.<sup>17</sup>

Já Jackson, além de contrair uma dívida ao se aposar do dinheiro da venda dos jornais, empreendeu fuga. Interno por apenas 5 meses, o menino de 13 anos fugiu em agosto. Desde junho, segundo ofício assinado pelo tesoureiro da CAPEJO, não prestava contas de forma regular e contraindo saldo devedor; em julho, sua dívida já estava em torno de Cr\$ 3000. No dia 02 de agosto de 1963, empreendeu fuga “após deixar de prestar contas de importâncias resultantes da vendagem de jornais e revistas”, expressa o ofício 179/63, de 08 de agosto.<sup>18</sup> Jackson teria, de forma premeditada, deixado de prestar contas e poupado alguma quantia para executar a evasão? Teria fugido justamente por não ter como prestar contas, visto que já havia gasto o dinheiro? Ou ainda, simplesmente viu-se diante da oportunidade e resolveu valer-se dela? Transferido do CFPM (Centro de Formação Profissional para Menores do Campo Comprido), onde as regras possivelmente eram mais rígidas, talvez não soubesse lidar com a autonomia que a CAPEJO parecia pregar. O que se pode saber é que, deixando de prestar contas, evadiu-se.

Pode-se verificar dentro do recorte temporal proposto e da seleção de documentos investigada que dentre os desligamentos 21 ocorreram devido a fugas –

<sup>16</sup> Pequeno Jornaleiro nº 22. Pt nº 3376. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A” Cx 01. Arquivo Municipal de Curitiba.

<sup>17</sup> Pequeno Jornaleiro nº 49. Pt nº 5378. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A” Cx 1. Arquivo Municipal de Curitiba.

<sup>18</sup> Pequeno Jornaleiro nº 60. Sem número de prontuário. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A/B” Cx 03. Arquivo Municipal de Curitiba.

somam-se ainda outros 04 meninos que fugiram, voltaram e depois foram transferidos para outras instituições. Ou seja, 25 meninos de 98 internos, empreenderam fuga da CAPEJO.

A fuga pode ser compreendida, segundo a psicóloga Sônia Altoé, como “uma resposta e como expressão da não aceitação do sistema institucional, [...] opção possível como recusa à submissão às regras disciplinares da instituição” (ALTOÉ, 2008, p. 142). Ou seja, a fuga pode ser considerada uma das formas de enfrentamento ao meio institucional (LEITE, 2010, p. 116) - na lógica interna das instituições, com uma estrutura física que contém os corpos, restringe a liberdade e outra estrutura que torna denso o ambiente institucional, a fuga pode ser entendida como uma estratégia de sair da “anulação” que a instituição impõe (SILVA, 1997, p. 164). A educadora Jaciara Oliveira Leite afirma que:

esta forma de resistência ia para além de uma traquinagem infantil sem implicações problemáticas. Pode-se analisá-la como uma tentativa de não-alienação diante daquilo que era imposto, das determinações de condições de vida. (LEITE, 2010, p. 116)

Há um vocabulário próprio ao se tratar das fugas: o menino “empreendeu fuga” “evadiu-se”, “logrou-se ausentar sem a devida permissão”, “ausentou-se”, “ter-se evadido desta Casa”. Tratam-se de meninos “foragidos”, que se ausentaram e não retornaram à instituição. Saliento essa observação visto que, quando se trata de transferência ou volta para a família, a instituição parece objetificar os meninos, como se sofressem o feito (“foi desligado”, “o menino foi entregue”, “foi devolvido”). Já no caso da fuga, o verbo se adequa e delimita: quem exerceu a ação foi o garoto. Possivelmente, seja um indício de que a instituição reconhecia esse empreendimento. Como afirma Maurício Roberto da Silva: “não se trata de supervalorizar a resistência em si, apenas do ponto de vista simbólico meramente transgressor, mas de admitir que ela existe porque é forjada por seres sociais” (SILVA, 2003, p. 288).

Entre fugas e furtos, entre transferências e retornos à família, há ainda a permanência: cinco garotos seguiram na instituição até completarem a maioridade. Em comum, estiveram internos durante um período entre dois e cinco anos e foram compreendidos pela CAPEJO como “bons jornalheiros”, recebendo condecorações, menções honrosas pelos serviços prestados e declarações que atestavam seu bom comportamento e conduta.

Segundo o diretor da CAPEJO, em geral, os garotos que atingiam 15 anos eram transferidos já que tinham mais dificuldade para realizar as vendas, por seu tamanho e seu recato (os menores, de acordo com o coordenador, eram mais desenvolvidos), sendo

encaminhados para alguma instituição que fornecesse educação profissional e a possibilidade de colocação no mercado de trabalho.<sup>19</sup> A partir da documentação, podemos traçar algumas hipóteses para compreendermos quais os motivos da permanência desses 05 jornaleiros, contrariando a regra geral expressa pelo diretor. Uma das interpretações possíveis é que os serviços prestados fossem mesmo valorosos economicamente, já que as quantias arrecadadas desses meninos ao longo desses anos atingiu a casa do milhar, como Maurício,<sup>20</sup> que no momento de sua desinternação possuía em sua conta a quantia de Cr\$ 384.336 (trezentos e oitenta e quatro mil, trezentos e trinta e seis cruzeiros) – e esta era apenas uma porcentagem sobre as vendas. Há uma possibilidade também de que esses meninos fossem mesmo “queridos” pelas pessoas da instituição e que sua permanência se deva também a isso – como a singular trajetória de Jairo<sup>21</sup> que, ao deixar a instituição, passou a residir com uma funcionária da organização que parecia ter muito apreço pelo menino, pois aceitou responsabilizar-se por ele até quando fosse se apresentar ao Serviço Militar.

Outra análise possível é que a sua manutenção na CAPEJO pudesse ser importante já que eram considerados “bons jornaleiros”: poderiam ser referência de conduta para os menores, exercer funções de fiscalização dos mais novos e também serem apresentados como modelo de sucesso do trabalho da instituição. A condecoração, a promoção e o destaque dado aos disciplinados poderiam significar uma estratégia de disciplinarização desses meninos: uma forma de incentivar a produtividade e estimular a estima pelo trabalho através do enaltecimento (LIMA, 2017). Pode-se compreender tal promoção e reconhecimento como um instrumento disciplinar, a fim de premiar os que eram considerados bons jornaleiros usando-o como exemplo aos demais internos (PEREIRA, 2009, p. 93).

Uma questão que surge na análise das fontes que apresentam as condecorações é se esses meninos seriam mesmo exemplos de que a disciplina proposta pela CAPEJO obteve êxito, se teriam se tornado meninos dóceis, *corpos docilizados...* Pereira também se perguntou sobre isso:

---

<sup>19</sup> Casa do Pequeno Jornaleiro mostra como educar o menor. **Diário do Paraná**. Curitiba, 15.03.1978.

<sup>20</sup> Pequeno Jornaleiro nº 05. Sem número de prontuário. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad “A” Cx 01; Arquivo Municipal de Curitiba.

<sup>21</sup> Pequeno Jornaleiro nº 45. Pt nº 682. FAS 19-13-2-3. Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A” Cx 01, Arquivo Municipal de Curitiba.

A permanência de um menino na Casa poderia ser medida pelo seu grau de docilidade? [...] a pequena parte dos menores que ficava por mais tempo, que tinham visibilidade nos relatórios, eram mais dóceis que a maioria? Acreditamos que a permanência de vários anos de alguns pequenos jornalheiros era devido mais pelas suas reais necessidades, como fugir das possíveis privações e contribuir na sustentação familiar que muitos eram também responsáveis (PEREIRA, 2009, p.109).

Há então a possibilidade de que tenham sim se conformado em corpos dóceis:<sup>22</sup> “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2009, p.118), mas ainda a perspectiva de que esses garotos tenham usado a sua situação do modo como consideraram mais eficiente: adequando-se à norma com o propósito de se sentirem mais seguros, estáveis ou como um modo de seguirem na instituição. A reportagem “Compra um jornal, tio” relata que alguns jornalheiros contaram à repórter: “os próprios garotos admitem que ‘a coisa podia ser muito pior, a gente cair numa dessas casas onde castigam, bate, reprimem’”.<sup>23</sup> É provável então, que diante da possibilidade de serem transferidos ou voltarem a alguma instituição onde já estiveram, os garotos se “adequassem” às regras da CAPEJO, por considerá-la mais tranquila, por poderem ter certa liberdade de andar, por poderem ter uma renda após a saída. A historiadora Ivonete Pereira interpreta o adequar-se “às ações dos discursos normatizadores, não de maneira passiva, mas na forma que lhes era mais peculiar: inventando novos expedientes de resistência e sobrevivência” (PEREIRA, 2006, p. 28). Como afirmou um menino na mesma reportagem acima, os meninos iam “se virando”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Casa do Pequeno Jornaleiro foi uma instituição que existiu em Curitiba durante sessenta anos e abrigou centenas de garotos. Meninos que tinham ou não família, que viveram na Casa meses ou anos, que trabalhavam na chuva ou debaixo de sol, que sorriram, que brincaram, que choraram, fugiram, sofreram... Que tiveram suas trajetórias atravessadas por essa vida institucionalizada. É preciso contar essas histórias e mostrar cada vez mais que “(...) resgatar a história da criança brasileira tem sido dar de cara com um passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de tragédias anônimas que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas” (Del Priore, 2001, p.109) – principalmente em um

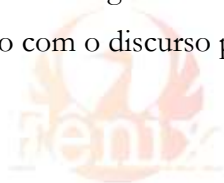
---

<sup>22</sup> Os corpos dóceis aos quais o autor se refere seriam os passíveis de docilidade, de um esquema de coerção sem folga, para moldá-los e controlá-los. A disciplina visando à sujeição, mas acima de tudo, à formação de uma relação que torne o corpo obediente e útil ao mesmo tempo (FOUCAULT, 2009, p 132-133).

<sup>23</sup> Compra um jornal, tio. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 14.12.1980.

contexto em que há saudosismo pela possibilidade do uso de mão de obra infantil e ataques constantes ao Estatuto da Criança e Adolescente.

A partir de prontuários sobre meninos internos nessa instituição e especialmente dos dados sobre desligamentos, como os internos que foram transferidos, os que fugiram, aqueles que foram desligados porque retornaram às famílias e os que permaneceram na instituição até completar a maioridade, procurei apresentar caminhos interpretativos possíveis para essas fontes, relacionando-as à discussão sobre protagonismo. Mesmo tratando-se de documentos institucionais, foi possível verificar que os pequenos jornalheiros não estavam sempre passivos frente às determinações de Juízes, diretor, professoras ou funcionários – demandavam suas próprias transferências, movimentavam e investiam suas economias, preferiam ocultar o que sabiam de suas famílias, procuravam emprego sem informar a diretoria, se apropriavam de parte dos valores das vendas de jornal, resistiam à disciplina da CAPEJO, fugiam... formas de rejeitar ou sujeitar-se - nas “peraltices”, nas brincadeiras proibidas ou “escapadas” da rotina, como o ato de empreender fugas, criar confusões e participar de brigas. Percebe-se, dessa forma, que a reação não se refere somente a grandes atos, mas pode se realizar em pequenas atitudes, em conformidade ou não com o discurso posto.



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES

#### Prontuários de Pequenos Jornalheiros

Pequeno Jornaleiro nº 05. Sem número de prontuário. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro

1962-2002. Cad “A” Cx 01; Arquivo Municipal de Curitiba

Pequeno Jornaleiro nº 9. Pt nº21758. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A”

Cx 01. Arquivo Municipal de Curitiba

Pequeno Jornaleiro nº10. Pt nº 23048. Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. FAS 19-13-2-3. Cad “A”

Cx 02. Arquivo Municipal de Curitiba.

Pequeno Jornaleiro nº 22. Pt nº 3376. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A”

Cx 01. Arquivo Municipal de Curitiba



Pequeno Jornaleiro n° 45. Pt n° 682. FAS 19-13-2-3. Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. "A"

Cx 01, Arquivo Municipal de Curitiba

Pequeno Jornaleiro n° 49. Pt n° 5378. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. "A"

Cx 1. Arquivo Municipal de Curitiba

Pequeno Jornaleiro n° 60. Sem número de prontuário. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro

1962-2002. Cad. "A/B" Cx 03. Arquivo Municipal de Curitiba

Pequeno Jornaleiro n° 63. Pt n° 5876. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad.

"A/B" Cx 03. Arquivo Municipal de Curitiba

Pequeno Jornaleiro n° 83. Pt n° 4679. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad.

"A/B" Cx 03. Arquivo Municipal de Curitiba

#### *Relatórios*

Extrato dos Estatutos da Casa do Pequeno Jornaleiro, 21 de setembro de 1942. Acervo da Casa da Memória de Curitiba.

## IMPRENSA

Casa do Pequeno Jornaleiro mostra como educar o menor. **Diário do Paraná**. Curitiba, 15.03.1978.

Compra um jornal, tio. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 14.12.1980

Jornaleiro, uma atividade digna. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 17.08.1973

## BIBLIOGRAFIA

ALBARRÁN, Elena Jackson. Infancias y juventudes em la historia latinoamericana (siglo XX). In: AREND, Silvia Maria F.; MOURA, Esmeralda B. B. de; SOSENSKI, Susana. (ORGS.). **Infâncias E Juventudes No Século XX: Histórias Latino-Americanas**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2018. Pp. 13-21.

ALTOÉ, Sonia. **Infâncias Perdidas - o cotidiano nos internatos-prisão**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais / Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2008. v. 1. P.327.

ANTONIO, Zoila Santiago. Los niños en la Historia: los enfoques historiográficos de la infancia. **Takwá** / Núms. 11-12 / Primavera-Otoño 2007 / pp. 31-50.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CHAGAS, Viktor. **Extra! Extra! Os jornaleiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios**. Tese de Doutorado em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Orientação: Prof. Dr. Fernando Lattman-Weltman. Rio de Janeiro, Brasil. Ano de obtenção: 2013.

CHAGAS, Viktor. O jornaleiro como objeto: o processo de institucionalização da atividade de distribuição da imprensa e as bancas de jornais como rede cultural e vetor de memória. **Anais do XV Encontro Regional de História – ANPUH – RIO**, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 37ª edição. Ed. Petrópolis; RJ: Vozes, 2009.

LEITE, Jaciara Oliveira. **A educação do corpo de crianças e jovens: um estudo de caso no cotidiano de um abrigo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação Física. Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Márcia Silva; Coorientador: Prof. Dr. Maurício Roberto da Silva. Ano de obtenção: 2010.

LIMA, Nicolle Taner. **Os meninos na casa do pequeno jornaleiro: institucionalização, protagonismo e trajetórias (Curitiba, 1960-1978)**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis. Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dra. Silvia Maria Fávero Arend. Ano de obtenção: 2017.

MARCHI, Rita de Cássia. A criança como ator social - críticas, réplicas e desafios teóricos e empíricos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, maio/ago. 2017 Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

OLIVEIRA, Fabiana de. **A criança e a infância nos documentos da ONU: a produção da criança como 'portadora de direitos' e da infância como 'capital humano do futuro'**. Tese de Doutorado em Educação Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Brasil. Orientador: Anete Abramowicz. Ano de obtenção: 2008.

PASSETI, Edson. O menor no Brasil Republicano. In: Del Priore, Mary (org) **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991 - (Caminhos da História).

PEREIRA, Ivonete. **Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinquência e da desvalia: Florianópolis- 1900/1940**. Tese de Doutorado em História Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. Orientação Prof. Dr. Luiz Geraldo dos Santos Silva. Curitiba. Ano de obtenção: 2016.

PEREIRA, Welson Luis. **O menor e a Moralização pelo Trabalho: Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba (1943 a 1962)**. Dissertação de mestrado PGHIS-UFPR. Orientadora Judite Maria Trindade. Ano de obtenção: 2009.

PRADO, Eliane Mimesse. Índícios corriqueiros da vida de jovens e crianças na cidade de São Paulo (1870-1912). **História Unicap**, 5 (9), 119-133.

QUINTEIRO, Jucirema. Sobre a emergência de uma Sociologia da Infância: contribuições para o debate. **Perspectiva**. Florianópolis, v.20, n. Especial, p. 137-162, jul./dez.2002.

SERUTE, Marcelo. **Estratégias e Táticas no Poder com a Infância**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Pedagógico da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo. Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vania Carvalho de Araújo. Vitória. Ano de obtenção: 2010.

SILVA, Joseane de Fátima Machado. **Cumpra-se e Arquive-se - Histórias da educação de meninas e meninos desvalidos no Estado do Paraná (1940-1969)**, Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientador: Gizele de Souza. Ano de obtenção: 2015.

SILVA, Maurício Roberto da. **Trama doce-amarga: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica**. Ijuí: Ed. Unijuí; São Paulo: Hucitec, 2003.

SIQUEIRA, Romilson Martins. **Do Silêncio ao Protagonismo: por uma leitura crítica das concepções de infância e criança**. Tese de doutorado. Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás. Orientadora: Prof. Dra. Anita Cristina Azevedo Rezende. Coorientador: Prof. Dr. Manuel Jacinto Sarmiento. Goiânia. Ano de obtenção: 2011.

SOSENSKI, Susana. Dar casa a las voces infantiles, reflexiones desde la historia. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 14 (1), pp. 43-52. (2016)

SOSENSKI, Susana. Enseñar historia de la infancia a los niños y las niñas: ¿para qué? **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 132 - 154, jan./abr. 2015

SOUSA, Noelma Cavalcante. MENESES, Antonio Basílio. O poder disciplinar: Uma leitura em vigiar e punir. **Saberes**, Natal – RN, v. 1, n.4, jun, 2010.

VASCONCELOS, Larissa de Meira. SOUTO, Emilayne. Notas para um debate entre Michel Foucault e Michel de Certeau. **Anais 1º Encontro Internacional de Estudos Foucaultianos: Governamentalidade e Segurança**. João Pessoa/PB – 2014. Pp 1-10.

WEINHARDT, Otávio Augusto Ganzert; Trabalho, Infância e Controle a partir dos Meninos Jornaleiros em Curitiba (passagem do século XIX ao XX) – **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**. Brasília, 2017.

**RECEBIDO EM: 19/05/2020 PARECER DADO EM: 06/08/2020**